

3 7 NOV 1984

JORNAL DE BRASÍLIA

NACIONAL

TERÇA-FEIRA, 17 D

Sen Jutahy aceita, em parte, emendas ao usucapião

O relator do projeto do governo que reduz o prazo do usucapião rural de dez para cinco anos, senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), apresentará hoje, às 18 horas, seu parecer à comissão mista do Congresso que examina a matéria.

No parecer, Jutahy Magalhães explicita que o projeto do usucapião rural atinge as terras devolutas e as terras particulares. Quanto às terras localizadas nas áreas consideradas "indispensáveis à segurança nacional", ele propõe que o governo, após ouvir o Conselho de Segurança Nacional, discrimine essas áreas.

Hoje, 42% do território brasileiro é considerado área de segurança nacional. Todo o Estado do Acre, por exemplo, foi excluído do projeto do usucapião, a exemplo de mais da metade do Território de Rondônia. Com ironia, deputados chegaram a oferecer prêmios a quem encontrasse um pedaço de terra onde o projeto pudesse ser aplicado.

IMPORTANCIA SOCIAL

No seu parecer, Jutahy Magalhães analisa a importância social do projeto do usucapião. Mas, ao que parece, ele não enfatizará, como fez o governo, que o projeto é a mais avançada lei de terra dos últimos 15 anos. Já ficou provado na própria comissão mista que examina a matéria que o projeto do usucapião só mantém o "status quo", não alterando nada na estrutura fundiária.

Um dado importante no parecer: o relator mostrará a necessidade da criação



Luiz Antonio

Jutahy (ao centro) apresenta hoje seu parecer

de uma justiça agrária, reclamada por patrões e empregados, mas até hoje vista sem grande importância pelo governo. Jutahy Magalhães diz que aproveitou, em parte, 70% das 102 emendas apresentadas.

AREAS URBANAS

Sobre a ampliação do projeto à zona urbana, o relator justificou que "o problema é muito complexo e, se for feita alteração apressadamente, pode vir até a prejudicar o pessoal".

O senador reconhece que muitas emendas apresentadas propuseram a

ampliação à zona urbana, para resolver o problema dos favelados. O senador, contudo, não informou se foi o próprio Palácio do Planalto quem retirou, à última hora, a questão do usucapião urbano.

Uma das emendas apresentadas para o usucapião urbano é da autoria da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Sua emenda praticamente regularizava a situação das centenas de famílias que, diante da crise habitacional, invadiram terrenos públicos, sobretudo em São Paulo.